

## I

Duas generalizações podem ser feitas de início. Primeira: em todas as épocas e em todos os lugares o mundo grego apoiou-se em alguma forma (ou formas) de trabalho servil para satisfazer suas necessidades, tanto públicas como privadas. Com isso quero dizer que o trabalho servil era essencial, numa medida significativa, para preencher as exigências da agricultura, do comércio, da manufatura, dos trabalhos públicos e da indústria bélica. E, com trabalho servil, refiro-me ao trabalho executado compulsoriamente, diferente das obrigações familiares ou comunitárias<sup>1</sup>. Segunda: com raras exceções, sempre havia um número substancial de homens livres envolvidos no trabalho lucrativo. Entendo por isso, basicamente, não o trabalho contratado livremente mas homens livres trabalhando em suas próprias terras (ou arrendadas) ou em suas lojas ou casas como artesãos e proprietários. É dentro dessa estrutura criada pelas duas generalizações que as perguntas que procuram situar a escravidão na sociedade devem ser feitas. E com escravidão, finalmente, refiro-me à posição em que um homem se encontra, aos olhos da lei e da opinião pública, com relação a todas as partes, a propriedade, os bens pessoais, um outro homem?

Para quem conhece sua literatura, são abundantes as provas de quão completamente os gregos sempre tomaram por certo que a escravidão era um dos fatos da vida. Nos poemas de Homero presume-se (corretamente) que as mulheres capturadas serão levadas para casa como escravas, e que os escravos ocasionais — as vítimas dos mercadores-piratas fenícios — também estarão à disposição. No começo do século VII a.C., quando Hesíodo, o poeta "camponês" beócio, dá conselhos práticos em sua obra *Os trabalhos e os dias*, diz a seu irmão como usar adequadamente os escravos; e é simplesmente presumido que eles estarão dispo-

\* Publicação originalmente em *Historia* 8 (1959), 145-64. Reduzi consideravelmente a explicação para eliminar debates agora obsoletos.

níveis. O mesmo é verdade quanto ao manual de Xenócrates para o fazendeiro ateniense, o *Ekonomiká*, escrito aproximadamente em 375 a.C. Poucos anos antes, um aleijado ateniense que estava apelando de uma decisão que lhe suspendera a pensão, disse ao tribunal: "Tenho um negócio que me rende alguma coisa, mas quase não consigo trabalhar e não estou em condições de comprar alguém para fazer meu serviço." (Lúrias, 24.6). No primeiro livro do pseudohistórico *Oeconomiká*, um trabalho pentapartito provavelmente do fim do século IV ou começo do século III, encontra-se a seguinte proposta sobre a organização dos negócios domésticos, feita do modo mais cru e nu possível: "O primeiro e mais necessário tipo de propriedade, o melhor e mais dócil, é o homem. Portanto, o primeiro passo é procurar bons escravos. Há dois tipos de escravos, o supervisor e o trabalhador." (1344a22) Políbio, discutindo a situação estratégica de Bizâncio (4.38.4), fala completamente à vontade das "necessidades da vida — bens pessoais e escravos" vindos da região do mar Negro. E assim por diante.

A língua grega tinha uma variedade espartosa de vocabulário para escravos, coisa sem paralelo pelo que sei. Nos textos mais primitivos, de Homero e Hesíodo, havia duas palavras básicas para escravo, *daínos* e *daíoiós*, usadas sem qualquer distinção perceptível, e ambas com etimologias incertas. *Daínos* desapareceu rapidamente, sobrevivendo apenas na poesia, enquanto *daíoiós* ficou sendo a palavra básica, por assim dizer, por toda a história grega, e a raiz a partir da qual foram construídas palavras como *daíoieta*, "escravidão". Mas Homero já tem, em uma passagem provavelmente interpolada (*Ilíada*, 7.475), a palavra (no plural) *andragóda* ("homem com pés" = ser humano), que se tornou muito comum, tendo sido construída com base no modelo de *te-tragóda* ("com quatro pés" [guatárupeel] = animal). Essas palavras eram esquivamente servis, exceto em metáforas como "os atenienses escravizavam os aliados", mas havia ainda outro grupo que podia ser usado tanto para escravos como para homens livres, dependendo do contexto. Três delas são construídas a partir da raiz "negócios domésticos", *oíkios* — *oíkios*, *oíkietas* e *oíkietas* — e o padrão do uso é variado e complicado. Por exemplo, essas palavras — *oíkios* às vezes significavam simplesmente "chado" ou "escravo" genericamente, e às vezes, embora com menor frequência, indicavam distinções mais estritas, como um escravo nascido na casa (em oposição ao comprado) ou de propriedade privada (em oposição ao escravo real, no contexto helenístico)<sup>1</sup>.

Se pensarmos na sociedade antiga, como um espectro de classes sociais, com o cidadão livre em um extremo e o escravo no outro, e com um considerável número de graus de dependência no meio, descobriremos rapidamente "linhas" diferentes no espectro: o hilotas espartano (com similares como o *perastes* da Tessália); o escravo por dívida, que não era um escravo, embora em certas condições pudesse eventualmente ser vendido como tal no exterior; o escravo alforçado condicionalmente; e, finalmente, o homem livre. Essas categorias raramente, ou nunca, apareciam simultaneamente na mesma comunidade, nem tinham a mesma importância ou a mesma significação em todos os períodos da história grega. De modo geral, o escravo propriamente dito era a figura decisiva (com a virtual exclusão das outras) nas comunidades econômicas e politicamente avançadas; já a "hilotagem" e a escravidão decorrente de dívidas eram encontradas nas comunidades mais arcaicas, como Creta, Esparta ou Tessália, na mesma data tardia, ou então na Atenas do período anterior a Sólon. Há também alguma correlação, embora não perfeita, entre as várias categorias de trabalho dependente e sua função. A escravidão foi a mais flexível das formas, adaptável a todos os tipos e níveis de atividade, enquanto a "hilotagem" e as demais adaptavam-se melhor à agricultura, ao pastoreio e aos serviços domésticos que à manufatura e ao comércio.

## II

Com raras exceções, não havia atividade, lucrativa ou não jurídica, pública ou privada, agradável ou desagradável que não fosse executada por escravos em algum momento e em algum lugar no mundo grego. A exceção mais importante era, naturalmente, a política: nenhum escravo tinha um cargo público ou assento nos órgãos deliberativos ou judiciais (embora os escravos fossem empregados habitualmente no "serviço civil", como secretários e escuritários, como policiais e guardas das prisões). Os escravos, em regra, também não lutavam, a menos que fossem libertados (embora os hilotas pareçam tê-lo feito), e raramente tinham profissões liberais, inclusive a medicina. Por outro lado, não havia atividade que não fosse executada por homens livres em algum momento e em algum lugar. Isso costuma ser negado, mas a negativa é um erro grosseiro que consiste em não ver a diferença

entre um homem livre que trabalha para si mesmo e outro que trabalha para um terceiro, recebendo salário. Na escala de valores grega, a prova decisiva não era tanto a natureza do trabalho (claro de certos limites, é claro) como a condição ou posição na qual ele era executado<sup>5</sup>. "A condição de homem livre", disse Aristóteles (*Retórica*, 1367a32), "é que ele não vive sob a coação de outro." Nesse ponto Aristóteles expressa uma noção grega quase universal. Embora se encontrem gregos livres fazendo todo tipo de trabalho, o assalariado livre, o homem livre que trabalha regularmente para outro e portanto "vive sob a coação de outro" é uma figura rara nas fontes, sendo seguramente um fator menor no quadro<sup>6</sup>.

A atividade econômica básica era, evidentemente, a agricultura. Através de toda a história grega, a esmagadora maioria da população tirava sua principal riqueza da terra. E a maioria era de pequenos proprietários ou arrendatários, dependendo de seu próprio trabalho, do trabalho de seus familiares e da ajuda ocasional (como na época da colheita) de vizinhos e assalariados temporários. Uma parte desses pequenos proprietários tinha um escravo, ou mesmo dois, mas não podemos determinar proporcionalmente essa parte; e nesse setor a questão global naturalmente não é de grande importância. Mas os grandes proprietários, embora sendo uma minoria, constituíam a elite política (e muitas vezes a intelectual) do mundo grego; as evidências revelam poucos nomes de alguma ressonância cuja base econômica não fosse a terra. Essa elite possuidora de terras tendia a tornar-se cada vez mais um grupo ausente no curso da história grega; mas cedo ou tarde, residindo em suas propriedades rurais ou nas cidades, a mão de obra servil trabalhava suas terras como regra básica (mesmo quando era feito um arrendamento). Em algumas áreas tomava a forma de *hilotagem*, e, no período antigo, de escravidão por dívida, mas geralmente a forma era integralmente a escravidão.

Essou claro, é claro, de que esse ponto de vista sobre a escravidão na agricultura grega é contestado. Não obstante, acito as evidências dos autores que já citei, de Hesíodo ao pseudocrístotélico *Oeconomica*. Esses são documentos verdadeiros, não utopias ou afirmações especulativas daquilo que devia ser. Se a escravidão não era a forma de trabalho habitual nas grandes propriedades, então não posso imaginar o que Hesíodo, Xenofonte ou o Peripatético estavam fazendo, ou por que algum grego se deu ao trabalho de ler suas obras<sup>7</sup>. Vale a pena acrescentar uma

prova similar. Havia um festival de colheita grego, a *Crômia*, realizado em Atenas e outros lugares (especialmente entre os jônios). Uma de suas características, diz o cronista ateniense Filócoro, era que "os chefes das famílias comiam os produtos das colheitas e frutas na mesma mesa que seus escravos, com quem tinham participado do cultivo da terra. Pois agrada ao deus honrar assim os escravos em consideração a seus trabalhos"<sup>8</sup>. Nem esse costume, nem a exposição de Filócoro fazem qualquer sentido se a escravidão era tão sem importância na agricultura como alguns escritores modernos pretendem.

Quero ser bem claro nesse ponto: não estou dizendo que os escravos superavam o número de homens livres na agricultura, ou que o grosso dos trabalhos das fazendas era feito por escravos, mas que a escravidão predominava na agricultura na medida em que era usada numa ordem que transcendia o trabalho do proprietário e seus filhos. Tampouco estou sugerindo que não havia trabalho assalariado livre, e sim que teve pouca importância. Entre os escravos, além do mais, havia invariavelmente os supervisores, se a propriedade era muito grande ou se o dono não permanecia lá. "Há dois tipos de escravos", disse o autor de *Oeconomica*, "o supervisor e o trabalhador."

Na mineração e extração de pedras a situação parecia decisivamente para um lado. Havia homens livres, em Atenas por exemplo, que arrendavam pequenas concessões de mineração e podiam explorá-las sozinhos. Todavia, no momento que o trabalho adicional era introduzido (e esse era de longe o caso mais comum), ele parece ter sido sempre escravo. Os maiores grupos de escravos pertencentes a particulares destinavam-se a trabalhar nas minas, encabeçados pelos mil que se relata terem sido arrendados para esse fim pelo general Nícias, no século V<sup>9</sup>. Foi sugerido, na verdade, que em determinado momento pode ter havido uns trinta mil escravos trabalhando, em Atenas, nas minas de prata e no processo de *triturção*<sup>10</sup>.

A manufatura estava no mesmo caso da agricultura, visto que a escolha era (ainda mais exclusivamente) entre o artesanato independente que trabalhava sozinho ou com seus familiares e o proprietário de escravos. O vínculo com a escravidão era tão grande (e a ausência do trabalho assalariado tão completa), que Demóstenes, por exemplo, pôde dizer: "Eles causaram o desaparecimento do *ergasterion*" (oficina), e prosseguiu como um sinônimo exato e impossível de ser mal-entendido, dizendo que "eles cau-

saram o desaparecimento dos escravos<sup>71</sup>. Por outro lado, a porção das operações que empregavam escravos, em contraste com o artesanato independente que trabalhava para si mesmo, era provavelmente maior que na agricultura, e a esse respeito mais semelhante à mineração. No comércio e nos serviços bancários os subordinados eram invariavelmente escravos, mesmo em cargos como o de "gerente de banco". Todavia a quantidade era pequena.

No campo doméstico, finalmente, pode-se tomar como regra que qualquer homem livre com possibilidades tinha um escravo que o acompanhava quando ia à cidade ou quando viajava (inclusive em seu serviço militar), e também uma escrava para os serviços da casa. Não há nenhum meio concebível para se estimar quantos eram esses homens livres, ou quantos deles tinham escravos para trabalhos domésticos, mas o fato é admitido de modo tão absoluto e repetido tantas vezes na literatura que acredito firmemente que muitos possuíam escravos mesmo quando não tinham condições de fazê-lo. (Paralatos modernos serão lembrados em breve.) Saliento isso por duas razões. Primeira, a procura de escravos domésticos, frequentemente um elemento não produtivo, deve servir de advertência quando se examinarem questões como a eficiência e o custo do trabalho escravo. Em segundo lugar, a escravidão doméstica não era de forma alguma inteiramente improdutiva. No interior, em particular, mas também nas cidades, duas importantes atividades estavam frequentemente a seu cargo nas maiores propriedades: na base de uma estrita produção para consumo doméstico. Refiro-me à tecelagem e à feitura de pães e massas em geral, e qualquer medievalista, pelo menos, compreenderá imediatamente a importância da retirada da última da produção do mercado, mesmo que essa retirada esteja longe de ser completa.

Seria muito útil se tivéssemos alguma ideia de quantos escravos havia em qualquer das comunidades gregas para executar todo esse trabalho e como elas estavam divididos entre os ramos da economia. Infelizmente não temos números confiáveis, e nenhuma para a maioria das pólis. O que considero como o melhor cálculo para Atenas sugere que o total de escravos atingia de 60 a 80.000 nos períodos de mais trabalho nos séculos V e IV a.C.<sup>72</sup> Atenas teve a maior população em todo o mundo grego clássico e o maior número de escravos. Tucídides (8.40.2) disse que havia mais escravos em sua época na ilha de Quíos que em qualquer

outra comunidade grega salvo Esparta, mas suponho que pensava na densidade da população escrava comparada com a livre, não em números absolutos (e em Esparta se referia aos hilotas, não a escravos pessoais). Outros lugares, como Egina e Corinto, podem ter tido em uma ou outra ocasião uma proporção maior de escravos que Atenas. E certamente havia comunidades onde a densidade de escravos era menor.

Pouco mais que isso podemos dizer sobre números, mas acho que é realmente suficiente. Já há um excesso de discussões tendenciosas sobre números na literatura, como se uma simples contagem de cabeças fosse a resposta para todas as complicadas questões que decorrem da existência da escravidão. Os números de Atenas que mencionei totalizam uma média de nada menos que três ou quatro escravos para cada família livre (incluindo-se todos os homens livres, cidadãos ou não). Mas mesmo o menor dos números já sugerido, de 20.000 escravos na época de Demóstenes<sup>73</sup> — baixo demais na minha opinião —, equivaleria aproximadamente a um escravo para cada cidadão adulto, proporção nada desprezível. Em termos gerais os números são irrelevantes quanto à questão da significação. Quando Starr, por exemplo, protesta contra as "suposições exageradas" e replica que "as estimativas mais cuidadosas... reduzem a proporção de escravos a muito menos que a metade da população, provavelmente um terço ou um quarto no máximo"<sup>74</sup>, não está provando quase nada do que imagina. Ninguém acreditaria seriamente que os escravos faziam todo o trabalho em Atenas (ou em qualquer outro lugar da Grécia, com exceção de Esparta com seus hilotas), e simplesmente confundem-se as coisas quando se supõe que de algum modo uma redução das estimativas para só um terço ou um quarto da população é crucial. Em 1860, de acordo com os números oficiais do censo, pouco menos que um terço da população total dos Estados americanos escravagistas era de escravos. Além disso, "quase três quartos de todos os sulistas livres não tinham qualquer ligação com a escravidão, quer através de suas famílias, quer por propriedade direta. O sulista típico era não só um pequeno fazendeiro, mas também alguém que não possuía escravos"<sup>75</sup>. Contudo, ninguém pensaria em negar que a escravidão foi um elemento decisivo na sociedade sulista. A analogia parece óbvia para a Grécia antiga, onde pode ser demonstrado que a posse de escravos foi ainda mais amplamente difundida entre os homens livres, o uso de escravos muito mais diversificado, e onde as esti-

mativas não apresentiam uma taxa significativamente mais baixa que a americana. Colocado de modo simples, não se pode negar que havia escravos suficientes para que fossem, necessariamente, um fator integrante da sociedade.

Havia duas fontes principais de suprimento. Uma eram os prisioneiros, as vítimas da guerra e às vezes da pirataria. Uma das poucas generalizações sobre o mundo antigo para a qual não há exceção é que as forças vitoriosas tinham direito absoluto sobre as pessoas e as propriedades dos vencidos\*. Esse direito não era exercido inteiramente todas as vezes, mas com frequência suficiente, e numa escala bem grande, para lançar um suprimento contínuo e numeroso de homens, mulheres e crianças no mercado escravo. Ao lado dos prisioneiros devemos colocar os chamados bárbaros que entravam no mundo grego num fluxo constante — trácios, citas, capadócijs, etc. — pela ação de mercadores que se dedicavam a esse tipo de comércio o tempo todo, muito semelhante ao processo pelo qual os escravos africanos chegavam ao Novo Mundo nos tempos modernos. Muitos eram vítimas de guerra entre os próprios bárbaros. Outros vinham pacificamente, por assim dizer: Heródoto (5.6) diz que os trácios vendiam seus filhos para serem exportados. Todos os primeiros passos ocorriam fora da órbita grega, e as fontes não nos dizem virtualmente nada sobre eles, mas não pode haver dúvida de que se tratava de grande número e de um fornecimento permanente, pois não há outro modo de explicar fatos como a grande proporção de paflagônios e trácios entre os escravos nas minas de prata áticas, muitos deles especialistas, ou o corpo de arqueiros citas (escravos de propriedade do Estado) que integravam a força policial de Atenas.

Só para completar esse quadro devemos mencionar a servidão penal e o abandono das crianças não desejadas. Todavia, é bastante mencioná-los já que, devido a sua pouca importância, podem ser ignorados. Resta então mais uma fonte, a procriação, e isso é um enigma. Lê-se na literatura moderna que a procriação de escravos era pequena (diferentemente dos hititas e semitas) entre os gregos porque, nas condições, era mais barato comprar escravos do que criá-los. Não estou completamente satisfeito com as provas desse ponto de vista, e completamente insatisfeito com a economia que supostamente o justifica. Havia condições nas quais a procriação era certamente rara, mas por motivos que nada tinham a ver com a economia. Nas minas, por exemplo, quase todos os escravos eram homens, e essa é uma

explicação suficiente. Mas o que acontecia com os escravos dedicados aos trabalhos domésticos, entre os quais a proporção de mulheres era seguramente alta? Devo deixar a pergunta sem resposta, exceto para desfazer um engano. Diz-se algumas vezes que há uma lei demográfica rezando que nenhuma população escrava jamais se reproduz, que ela deve ser sempre completada com efetivos de fora. Tal lei é um mito: isso pode ser dito categoricamente com base na prova existente nos estados do Sul, prova estatística e confiável.

### III

À impressão nítida que se tem é a de que a maioria dos escravos compunha-se de estrangeiros. Isto é, a regra rezava que (exceto a escravidão decorrente de dívida) os atenienses nunca eram mantidos como escravos em Atenas, ou os coríntios em Corinto. Todavia, estou me referindo ao sentido mais elementar, o de que a maioria não era absolutamente de gregos, mas de homens e mulheres pertencentes a raças que viviam fora do mundo grego. É ocioso especular sobre essas proporções, mas não pode haver qualquer dúvida razoável sobre essa maioria. Em alguns lugares, como as minas de prata de Láurio na Ática havia uma concentração relativamente grande em uma pequena área. O número de escravos trácios em Láurio, nos tempos de Xenofonte, por exemplo, era maior que o total da população de algumas das menores cidades-Estado gregas.

Não é de admirar que alguns gregos tenham vindo a considerar como a mesma coisa escravos e bárbaros (um sinônimo para todos os não gregos). O esforço mais sério, de meu conhecimento, para justificar essa opinião como parte do estado natural das coisas, encontra-se no primeiro volume da *Política* de Aristóteles. Não foi um esforço bem-sucedido por várias razões, das quais a mais óbvia é o fato, como o próprio Aristóteles admitiu, de que eram muitos os escravos "por acidente", em decorrência de guerras, naufrágios ou raptos. No final, a escravidão natural foi abandonada como conceito formal, vencida pela opinião pragmática de que a escravidão era um fato da vida, uma instituição convencional praticada universalmente. Como o jurista romano Florentino colocou: "A escravidão é uma instituição do *ius gentium* (direito de todas as nações) pelo qual alguém é submeti-

ção ao *dóminum* de outro, contrariamente à natureza.<sup>17</sup> Dessa opinião (e de formulações ainda mais atiladas) pode-se encontrar vestígios na literatura sofista do século V a.C., e, de modo menos formal, na tragédia grega. Prefere citar Florentino porque sua definição aparece no *Digesto*, no qual escravidão é tão precisamente que a lei romana da escravidão foi chamada de "a parte mais característica do produto intelectual mais característico de Roma"<sup>18</sup>. Nada ilustra de modo tão perfeito a incapacidade do mundo antigo de imaginar que podia existir uma sociedade civilizada sem escravos.

O mundo grego propiciou debates e desafios infláveis. Entre os intelectuais, nenhuma crença ou ideia era evidente em si mesma: todo conceito e toda instituição, mais cedo ou mais tarde, acabaram sendo atacados — crenças religiosas, valores éticos, sistemas políticos, aspectos da economia, até instituições fundamentais como a família e a propriedade privada. A escravidão também, até certo ponto, mas isso estava sempre muito distanciado dos propósitos abolicionistas. Platão, que criticou a sociedade mais raramente que qualquer outro pensador, não se preocupou muito com a questão na *República*, mas mesmo aí presume a continuação da escravidão. E nas *Leis*, "o número de passagens... que tratam da escravidão é surpreendentemente grande", o teor da legislação geralmente mais severo que a lei real de Atenas nessa época: "Sua finalidade, por um lado, é dar maior autoridade aos atos no exercício do domínio sobre os escravos e, por outro, acentuar a distinção entre escravo e homem livre."<sup>19</sup> Paradoxalmente, nem os que acreditavam que todos os homens eram irmãos (cínicos, estoicos ou os primeiros cristãos) se opunham à escravidão. A seus olhos, todos os assuntos de ordem material, inclusive as classes sociais, mereciam indiferença total. Diz-se que Diógenes uma vez foi raptado por piratas e levado para Creta para ser vendido. No leilão, apontou para certo correntão entre os compradores e disse: "Venda-me para ele; ele precisa de um ano."<sup>20</sup>

A questão, por conseguinte, é: que importância teve tudo isso para a maioria dos gregos, para aqueles que não eram nem filósofos, nem homens ricos, do ócio? O que o homem humilde pensava da escravidão? Não é resposta argumentar que não devemos levar muito a sério "os teóricos políticos das escolas filosóficas como tendo estabelecido 'a linha principal do pensamento grego concernente à escravidão'"<sup>21</sup>. Ninguém acha que Platão e

Aristóteles falam por todos os gregos. Mas, igualmente, ninguém suporia que os gregos das classes inferiores rejeitavam necessariamente tudo que se lê na literatura e filosofia gregas, simplesmente porque, sem quase nenhuma exceção, os poetas e filósofos eram homens da classe do ócio. A história da crença e da ideologia não é tão simples. É lugar-comum o fato de o homem humilde compartilhar dos ideais e aspirações dos que lhe são superiores — em seus sonhos, senão na dura realidade de sua vida cotidiana. De modo geral, a grande maioria, em todos os períodos da história, sempre tomou por certas as instituições básicas da sociedade. Em geral, os homens não perguntam a si mesmos se o casamento monogâmico, a força policial ou a produção de máquinas são necessários para seu modo de vida. Eles os aceitam como fatos evidentes por si mesmos. Só quando há uma provocação de uma origem ou de outra — de fora, ou por motivo de fome ou peste — é que esses fatos se transformam em questionamento.

Grande parte da população grega sempre esteve na posição crítica da subsistência marginal. Trabalhavam duro para ganhar a vida e não podiam ter esperanças de melhorar sua situação econômica como recompensa por seus esforços; ao contrário, se houvesse algum tipo de mudança, era provável que fosse para pior. Fomes, pestes, guerras, lutas políticas, tudo constituía ameaça, e a crise social era um fenômeno bastante comum na história da Grécia. Contudo, nenhuma ideologia do trabalho surgiu com o passar dos séculos, nada que possa ser contraposto, em qualquer sentido, aos juízos negativos de que estão repletos os escritos da classe ociosa. Não havia sequer uma palavra na língua grega para expressar a noção geral de trabalho, nem tampouco o conceito de trabalho "como uma função social geral"<sup>22</sup>. Havia muita queixa, naturalmente, e orgulho da competência profissional. Os homens não podiam sobreviver psicologicamente sem eles. Mas nem um nem outro se transformou numa crença: a queixa não foi transformada em punição por pecado — "com o suor de teu rosto ganharás teu pão" — nem o orgulho da competência profissional numa virtude do trabalho, numa doutrina da vocação ou algo comparável. O mais próximo a qualquer deles encontra-se em *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo, e nesse contexto o fato decisivo sobre Hesíodo é sua inquestionável pretensão de que o fazendeiro terá mão de obra escrava própria.

Isso era tudo que havia para a contraideologia do homem pobre: vivemos na Idade do Ferro, quando "os homens nunca pá-

ram de labutar e sofrer durante o dia, e de perecer durante a noite", portanto, é melhor labutar que desansar e perecer — mas se pudermos também aproveitarmos o trabalho de escravos. Hesiódico pode não ter sido capaz, mesmo em sua imaginação, de ver a escravidão como *suplemento* de seu próprio trabalho, mas isso foi no século VII, ainda nos primeiros dias da escravidão. Por volta de 400 a.C., todavia, o cliente aleijado de Lísias fez a séria argumentação (24.6) diante do Conselho ateniense de que ele requeria uma pensão porque não podia ter um escravo como *substituto*. E meio século depois Xenofonte propôs um sistema pelo qual todo cidadão poderia ser mantido pelo Estado, principalmente com os rendimentos oriundos dos escravos de propriedade pública que trabalhavam nas minas<sup>25</sup>.

Quando as palavras se transformaram em ação, até mesmo quando a crise se transformou em guerra civil e revolução, a escravidão continuou indiscutida. Com absoluta regularidade, por toda a história grega, a reivindicação era "cancelar as dívidas e redistribuir as terras". Que eu saiba, nunca se ouviu um protesto dos pobres livres, nem mesmo nas crises mais graves, contra a competição escrava. Não houve qualquer reclamação — como poderia perfeitamente ter havido — de que os escravos privavam o homem livre de ganhar seu sustento ou o obrigavam a trabalhar mais horas por salários mais baixos<sup>26</sup>. Não há nada que se pareça, ainda que remotamente, com um programa de trabalhadores, nenhuma reivindicação salarial, nenhuma discussão sobre condições de trabalho, de medidas a serem tomadas pelo governo, ou similares. Numa cidade como Atenas havia ampla oportunidade. O *démós* tinha poder, muitos eram pobres e tinham líderes. Mas a assistência econômica tomou a forma de pagamento pelo exercício de cargos públicos e por remar na frota, entrada livre no teatro (o chamado fundo do espectador), e vários outros benefícios menores, enquanto a legislação econômica se limitava às importações e exportações, pesos e medidas, controle de preços. Nem mesmo as mais agressivas acusações contra os demagogos — e eles não tinham restrição alguma, como sabe qualquer leitor de Aristófanes ou Plátão — jamais sugeriram qualquer coisa que aludisse aos interesses da classe trabalhadora ou a uma tendência contra a escravidão.

Tampouco os pobres livres tomaram o outro rumo possível de se unirem aos escravos numa luta comum com base numa causa primária. A revolução de Sólon em Atenas no começo do

século VI a.C., por exemplo, pôs fim à servidão por dívida e à compensação acórdia da venda de atenienses mandações como escravos ao exterior, mas não trouxe a emancipação de outros, não atenienses, que viviam na escravidão em Atenas. Séculos mais tarde, quando a grande onda de revoltas dos escravos chegou, depois de 140 a.C., começando no ocidente romano e espalhando-se pelo oriente grego, a totalidade dos pobres livres manteve-se simplesmente à parte. Não era um problema deles, devem ter pensado, e corretamente, pois o resultado das revoltas não lhes prometia nada, fosse o que fosse. Múltiplos homens livres podem ter aproveitado o caos para se enriquecer, por meio da pilhagem ou de outro expediente. Essencialmente, era isso que faziam quando surgia a oportunidade em uma campanha militar, nada mais. Os escravos eram, num sentido básico, irrelevantes para seu comportamento naquela ocasião<sup>27</sup>.

Em 464 a.C. eclodiu uma grande revolta hilotia, e em 462 Atenas enviou uma força hoplita comandada por Clímon para ajudar os espartanos a suprimi-la. Quando a revolta terminou, depois de quase cinco anos, permitiu-se que um grupo de rebeldes escapasse, e foi Atenas que lhe deu asilo, instalando-o em Naupacto. Mudança comparável aconteceu na primeira fase da guerra do Peloponeso. Em 425 os atenienses tomaram Pilos, porto na costa oeste do Peloponeso. A guarnição era pequena e Pilos de modo algum um porto importante. Não obstante, Esparta ficou tão amedrontada que logo pediu a paz, porque o apoio ateniense era um perigoso centro de contaminação, convidando à deserção e a uma eventual revolta entre os hilotas messênios. Atenas finalmente concordou com a paz em 421, e logo em seguida fez uma aliança com Esparta, na qual uma das condições era: "No caso de surgir uma rebelião da classe escrava, os atenienses apoiarão os espartanos em tudo que puderem, de acordo com seu poder."<sup>28</sup>

Obviamente, a atitude de uma cidade para com os escravos de outra está fora do nosso assunto. Atenas concordou em ajudar a reprimir os hilotas quando era aliada de Esparta; encorajou as revoltas dos hilotas quando estava em guerra com ela. Isso reflete táticas elementares, não um juízo sobre escravidão. O mesmo tipo de distinção deve ser feita nos exemplos, recorrentes na história espartana, de hilotas libertados como garantias em uma luta interna pelo poder. Da mesma forma, também, com relação aos casos que aparentemente não eram incriminatórios na Grécia do século IV, mas sobre os quais nada é conhecido além da

cláusula constante do acordo entre Alexandre e a Liga Helénica, obrigando os membros a garantirem que "não haverá mortes ou banimentos contrários à lei de cada cidade, nem confisco de propriedades, nem redistribuição de terras, nem cancelamento de dívidas, nem libertação de escravos para fins de revolução"<sup>27</sup>. Muitas tálicas outra vez. Escravos eram recursos e podiam ser úteis numa situação particular. Mas só um número de escravos específicos, os que estivessem disponíveis no exato momento; não escravos em geral, ou todos os escravos, e naturalmente não escravos no futuro. Alguns eram libertados, mas a escravidão continuava intacta. Exatamente o mesmo comportamento pode ser encontrado no caso inverso, quando um Estado (ou classe dominante) apelava para seus escravos para ajudarem a protegê-lo. Era muito comum que em uma crise militar escravos fossem libertados, recrutados pelo exército ou pela armada e obrigados a lutar<sup>28</sup>. E outra vez o resultado era alguns escravos libertados enquanto a instituição continuava exatamente como antes.

Em resumo, em certas condições de crise e tensão a sociedade (ou um de seus setores) se defrontava com um conflito dentro de sua escala de valores e crenças. Às vezes era necessário, no interesse da segurança nacional ou no de um programa político, renunciar ao uso, e ao enfoque, normal dos escravos. Quando isso acontecia, a instituição prosseguia sem nenhum entorpecimento perceptível. O fato de que isso acontecia não é sem importância; sugere que entre os gregos, mesmo em Esparta, não havia o horror, o desprezo profundamente entrazado, e muitas vezes neurótico, aos escravos, como sucedia em outras sociedades. Isso teria tornado virtualmente impossível libertá-los e ar-má-los, *en masse*, qualquer que fosse o propósito. Sugere, mais ainda, algo sobre os próprios escravos. Alguns deles lutaram por seus amos, e isso não é um fato sem importância.

Nada é mais difícil de compreender que a psicologia do escravo. Mesmo quando, como no sul dos Estados Unidos, parece haver muito material — autobiografias de ex-escravos, impressões de viajantes de sociedades não escravagistas e similares —, o quadro que emerge não deixa de ser ambíguo. Há uma escassez absoluta de evidências referentes à Antiguidade, e os fragmentos que existem são indiretos e tangenciais, nada fáceis de serem interpretados. Assim, a apologia predileta é invocar o fato de que, fora alguns casos muito especiais em Esparta, os registros não apontam nem revoltas de escravos nem temor de levantes. Mesmo

que os fatos sejam aceitos como verdadeiros, não induzem a uma conclusão cor-de-rosa. Os escravos se revoltaram muito poucas vezes, mesmo nos Estados do Sul<sup>29</sup>. Uma rebelião em alta escala é impossível de ser organizada e posta em prática salvo em circunstâncias muito inusitadas. A combinação certa apareceu apenas uma vez na história antiga, durante duas gerações do fim da República romana, quando havia grandes concentrações de escravos na Itália e na Sicília, muitos deles quase completamente abandonados e sem assistência, outros lutadores profissionais (gladiadores), e quando toda a sociedade estava em convulsão, com uma grande crise de valores sociais e morais<sup>30</sup>.

Nesse ponto é necessário relembrar que os hilotas diferenciam-se dos escravos pessoais em pontos básicos. Primeiro, tinham os necessários laços de solidariedade que vêm da família e da nacionalidade, intensificados pelo fato, que não deve ser subestimado, de não serem estrangeiros mas um povo sujeito que trabalhava suas próprias terras em estado de servidão. Esse complexo inexistia entre os escravos do mundo grego. O autor peripatético de *Oeconomia* fez a inteligente recomendação de que nem o indivíduo nem a cidade deviam ter muitos escravos da mesma nacionalidade<sup>31</sup>. Segundo, os hilotas tinham direito a um tipo de propriedade: a lei, pelo menos, permitia que retivessem tudo que produzissem além das quantidades fixas a serem entregues a seus amos. Terceiro, superavam numericamente a população livre em um grau sem paralelo em outras comunidades gregas. Esses são os fatores peculiares, em minha opinião, que explicam as revoltas dos hilotas e a permanente preocupação espartana a respeito, mais do que a crueldade dos espartanos<sup>32</sup>. É engano pensar que a ameaça de rebelião aumenta automaticamente com o crescimento da miséria e da opressão. A fome e a tortura destroem o espírito; quando muito estimulam esforços para fuga ou outras formas de comportamento puramente individual (inclusive a traição dos companheiros de infortúnio), ao passo que a revolta exige organização, coragem e persistência. Frederick Douglass, que em 1855 escreveu a análise mais penetrante vinda de um ex-escravo, resumia a psicologia nestas palavras: "Agoite e espanque seu escravo, dê-o com fome e demoralizado, e ele seguirá seu amo como um cão puxado pela corrente; mas alimente-o, dê-lhe conforto físico — e os sonhos de liberdade surgirão como intusos. Dê-lhe um amo *man* e ele as-



pirará a um amo *kom*; dê-lhe um bom amo e ele desejará tornar-se seu próprio amo."<sup>23</sup>

Há muitos meios, além da revolta, pelos quais os escravos podem protestar<sup>24</sup>. Sobretudo podem fugir, e embora não tenhamos cifras parece certo dizer que o escravo fugitivo era um fenômeno bastante comum nas cidades gregas. Tucídides estimava que mais de 20.000 escravos atenienses fugiram na década final da guerra do Peloponeso. Foram abertamente encorajados a isso pela guarnição espartana baseada em Deceleia, e Tucídides insiste absolutamente na operação. Obviamente achou que os danos para Atenas eram sérios, aumentados ainda pelo fato de que muitos eram trabalhadores especializados<sup>25</sup>. Minha preocupação imediata é com os próprios escravos, não com Atenas, e devo salientar muito enfaticamente que grande número de escravos especializados (presumivelmente os que recebiam melhor tratamento) assumiu o risco e tentou fugir. O risco não era pequeno, pelo menos para os bárbaros: nenhum trácio ou cário andando pelo interior da Grécia sem credenciais podia ter certeza do que o esperava mais adiante na Beócia ou na Tessália. Na verdade, há uma insinuação de que esses 20.000 em particular, e outros mais, podem ter sido muito maltratados depois de escapar acreditando na promessa de Esparta. Um historiador confiável do século IV a. C. atribui a grande prosperidade de Tebas no fim do século V à venda muito barata de escravos e outras pressas de guerra saqueadas de Atenas durante a ocupação espartana de Deceleia<sup>26</sup>. Embora não haja meio de determinar se isso é uma referência aos 20.000, a suspeita é óbvia. Excluindo-se a ética, não havia nenhum poder, dentro ou fora da lei, que pudesse ter impedido a reescravização de escravos fugitivos mesmo se eles tivessem recebido uma promessa de liberdade.

O *Oeconomika* (1344a35) resume a vida do escravo como consistindo de três elementos: trabalho, punição e comida. Há chicoteamentos e até torturas mais que suficientes, na literatura grega, de um extremo ao outro. Não considerando as aritméticas psicológicas (sadismo e similiares), o chicoteamento significa simplesmente que o escravo, como escravo, deve ser agulinhado no desempenho da função que lhe é atribuída. Assim, também, atuavam os vários planos de incentivo frequentemente adotados. O escravo eficiente, habilidoso, confiável podia ter esperança de atingir uma posição de supervisão. Nas cidades, em particular, podia muitas vezes alcançar uma curiosa espécie de semi-independên-

cia, vivendo e trabalhando por sua conta, pagando uma espécie de renda para seu proprietário e acumulando dinheiro para, por fim, comprar sua liberdade. A alforria era, naturalmente, o maior incentivo de todos. Mais uma vez somos frustrados pela ausência de números, mas é indiscutível que a alforria era fenômeno comum na maior parte do mundo grego. Essa é uma importante diferença entre o escravo grego, de um lado, e o hilota ou o escravo americano, do outro. Também é uma prova importante do grau da alegada "aceitação" de sua posição pelo escravo<sup>27</sup>.

#### IV

Agora é hora de tentarmos juntar tudo e formar algum juízo sobre a instituição. Isso já seña bastante difícil em circunstâncias normais e tornou-se quase impossível devido a dois fatores estranhos impostos pela sociedade moderna. O primeiro é a confusão do estudo histórico com juízos morais sobre escravidão. Nós condenamos a escravidão e ficamos embaraçados com os gregos, a quem admiramos tanto; por isso ou tendemos a subestimar o papel da escravidão em sua vida ou a ignoramos totalmente, esperando que de algum modo ela desapareça por si mesma. O segundo fator é mais político e remonta pelo menos a 1848, quando o *Manifesto comunista* declarou que "A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes. Homens livres e escravos, patrícios e plébeus, senhores e servos, mestres de corporação e artífices, resumindo, o opressor e o oprimido, estão em constante oposição mútua..." Desde então, a escravidão antiga tem sido um campo de batalha entre marxistas e não marxistas, mais um tema político que um fenômeno histórico.

Agora observemos que uma parte considerável da população do mundo grego era constituída de escravos ou outros tipos de mão de obra servil: muitos deles bárbaros; que de modo geral a elite em cada cidade era composta de homens de ódio, completamente livres de qualquer preocupação com assuntos econômicos, graças a uma força de trabalho que compravam e vendiam, sobre a qual tinham extensos direitos de propriedade e, igualmente importante, o que podemos chamar de direitos físicos; que à condição de servidão nenhum homem, mulher ou criança, independentemente de sua posição ou riqueza, podia estar certo de escapar em caso de guerra ou outra emergência imprevisível e

incontrolável. Parece-me que, vendo isso tudo, se pudéssemos emarcá-los do despotismo de pressões morais, intelectuais e políticas alheias, concluiríamos sem hesitação que a escravidão foi um elemento básico na civilização grega.

Tal conclusão, todavia, deve ser o ponto de partida da análise, não o fim da argumentação, como é tão frequente atualmente. Talvez fosse melhor evitar a palavra "básica", porque ela foi apropriada previamente como um termo técnico pela teoria da história marxista. Qualquer outro que a usasse em um assunto como o do título deste capítulo estaria compelido, pela situação intelectual (e política) em que trabalhamos, a qualificar o termo logo de início, para distinguir entre uma instituição básica e a instituição básica. De fato, o que tem acontecido é que, sob a forma exterior de uma discussão sobre a escravidão antiga, aparece uma discussão incoerente da teoria marxista nada elucidativa quer do marxismo quer da escravidão<sup>38</sup>. Nem nosso entendimento do processo histórico nem nosso conhecimento da sociedade antiga têm avançado significativamente por meio dessas repetidas afirmações e contra-afirmações, afirmações e negações da proposta "A sociedade antiga baseava-se no trabalho escravo". Tampouco ganhamos muito com o persistente debate sobre as causas. A escravidão foi a causa do declínio da ciência grega? Da perda da moralidade sexual? Do generalizado desprezo pelo emprego lucrativo? Essas são questões essencialmente falsas, impostas por um tipo ingênuo de pensamento pseudocientífico.

A abordagem mais produtiva, sugiro, é pensar em termos de propósito, no sentido de Immanuel Kant, ou de função, como os antropologistas sociais preferem. A questão mais promissora para a investigação sistemática não é se a escravidão foi o elemento básico, ou se ela provocou isso ou aquilo, mas como funcionava. Isso elimina as tentativas estérteis para decidir o que foi historicamente anterior, a escravidão ou alguma outra coisa: evita a imposição de juízos morais sobre a análise histórica, anteriores a ela; e deve evitar a armadilha que chamarei de erro do livre arbítrio. Há uma máxima de Emilie Durkheim que diz: "O caráter voluntário de uma prática ou de uma instituição nunca deve ser suposto de antemão."<sup>39</sup> Dada a existência da escravidão — e é "dada" porque nossas fontes não nos permitem voltar a uma fase da história grega na qual ela ainda não existia —, a escolha que se apresentava aos gregos era imposta social e psicologicamente. Nas *Memórias*, Xenofonte diz que "os que podem fazê-lo com-

piam escravos para poder ter companheiros de trabalho". Essa frase é citada muitas vezes para provar que alguns gregos não possuíam escravos, o que não precisa ser provado. Seria muito melhor citado para demonstrar que *aquelas que podem* compram escravos — Xenofonte coloca claramente todo esse fenômeno exatamente no campo da necessidade.

A questão da função não permite só uma resposta. Há tantas perguntas quanto contextos: função em relação a quê? Quando? Onde? Buckland começa sua obra sobre a lei romana da escravidão observando que "raramente se apresenta um problema, em qualquer ramo do direito, cuja solução não possa ser afetada pelo fato de que uma das partes da transação é um escravo"<sup>40</sup>. Isso resume a situação à sua maior simplicidade, do modo mais declarado, e é uma afirmação correta tanto para a lei grega como para a romana. Além disso, eu argumentaria, não existe nenhum problema ou prática em qualquer ramo da vida grega que não tenha sido afetado, de algum modo, pelo fato de muitas pessoas nessa sociedade, mesmo se não na situação específica sob consideração, serem (terem sido ou poderem vir a ser) escravas. A conexão nem sempre era simples ou direta, nem o impacto necessariamente "mau" (ou "bom"). O problema do historiador é exatamente descobrir quais eram as conexões, em toda a sua realidade e complexidade, suas qualidades, seus defeitos ou sua neutralidade moral.

Acredito que veremos, na maioria das vezes, que a instituição da escravidão acabou sendo ambígua em sua função. Certamente as atitudes gregas em relação a ela estavam cheias de ambiguidade, e não raramente de tensão. Para os gregos, disse Nietzsche, o trabalho e a escravidão eram "um mal necessário, do qual nos *energonhamos*, como mal e como necessidade ao mesmo tempo"<sup>41</sup>. Houve muita discussão: isso está claro na literatura que se conservou, e não foi cômoda ou inequivocamente unilateral, embora não tenha terminado em abolicionismo. Na lei romana, "a escravidão é o único caso no qual, nas fontes ainda existentes... é declarado existir um conflito entre o *Ius Gentium* e o *Ius Naturale*"<sup>42</sup>. Em certo sentido era um conflito acadêmico, visto que a escravidão prosseguiu, mas nenhuma sociedade pode carregar um conflito desses dentro de si, em torno de um conjunto tão importante de crenças e instituições, sem que as tensões venham a eclodir de alguma forma, independentemente de quão distantes, no tempo e no espaço, as linhas e conexões possam

estar do estímulo original. Talvez o sinal mais interessante entre os gregos possa ser encontrado nos propósitos, e até certo ponto na prática, no século IV a.C., de renunciar à escravidão de gregos<sup>43</sup>. Todos eles fracassaram no mundo helênico, e acho que esse único fato revela muito sobre a civilização grega depois de Alexandre<sup>44</sup>.

Vale a pena chamar a atenção para dois exemplos repetidos de ambiguidade, dos quais nenhum recebeu a atenção que merece. O primeiro vem de Lócris, colônia grega no sul da Itália, onde se dizia que a descendência se dava pela linha materna, anomalia que Aristóteles explica historicamente. A razão, diz ele, é que a colônia foi fundada originalmente por escravos e seus filhos com mães livres. Timeu escreveu um violento protesto contra esse relato insultante, e Políbio, por sua vez, defendeu Aristóteles em uma longa digressão (12.6a), da qual infelizmente, só nos chegaram fragmentos. Uma de suas observações merece ser citada:

"Supor, como Timeu, ser improvável que homens outrora, escravos dos aliados dos espartanos pudessem permanecer atávicos e aceitar a afeição de seus antigos amos é tolice. Pois quando tiveram a sorte de recuperar sua liberdade (e um certo tempo já se passou) esses homens, que tinham sido escravos, não só se empenharam em aceitar a afeição de seus antigos amos como também em manter seus vínculos de hospitalidade e de sangue; na verdade, seu objetivo é conservá-los muito mais que os vínculos naturais, com o expresso propósito de apagar por esse meio a lembrança de sua antiga degradação e posição humilde, porque querem parecer mais descendentes de seus amos que homens libertados por eles."

No curso de sua polêmica Timeu tinha dito que "não era hábito dos primitivos gregos servirem-se de escravos comprados"<sup>45</sup>. Essa distinção, entre escravos comprados e escravos capturados (ou procriados por estes), tinha sérias nuances morais. Inevitavelmente, como era seu hábito, os gregos encontraram uma origem histórica para a prática de comprar escravos — na ilha de Quíos. O historiador Teopompo, nativo da ilha, expressou-o deste modo: "Depois dos tessálios e dos lacedemônios, o povo de Quíos foi o primeiro dos gregos a utilizar escravos. Mas não os adquiriam do mesmo modo que os primeiros; pois verificaremos que os escravos dos lacedemônios e dos tessálios eram gregos que anteriormente habitavam o território agora possuído por eles... chamando-os *hilotas* e *peresia*, respectivamente. Mas em Quíos

havia escravos bárbaros pelos quais havia sido pago um preço."<sup>46</sup> Essa citação foi preservada por Aterneu, que escrevia por volta de 200 d.C. e prosseguia dizendo que o povo de Quíos recebeu finalmente a punição divina por sua inovação. As histórias que ele conta a seguir são curiosas e interessantes, mas não há tempo para elas.

Essa não é uma história muito boa, o que não a torna menos importante. Por uma notável coincidência, Quíos ofereceu-nos as primeiras evidências contemporâneas das instituições democráticas no mundo grego. Em uma inscrição de Quíos que remonta, muito provavelmente, a 575-550 a.C., há uma referência inequívoca a um conselho popular e às "leis (ou decretos) do *dêmos*"<sup>47</sup>. Não desejo atribuir qualquer sentido além do simbólico a essa coincidência, mas é um símbolo com enormes implicações. Já insisti no fato de que quanto mais avançada for a cidade-Estado grega mais se constatará ter havido nela a verdadeira escravidão, em vez de tipos "híbridos" como a *hilotagem*. Colocada de modo mais direto, as cidades nas quais a liberdade do indivíduo atingiu sua expressão mais alta — muito obviamente Atenas — foram cidades onde floresceu a escravidão na forma de bens pessoais. Os gregos, como todos sabem, descobriram tanto a ideia da liberdade individual como a estrutura institucional na qual ela podia ser realizada<sup>48</sup>. O mundo pré-grego — o mundo dos sumérios, babilônios, egípcios e assírios (e não posso evitar acrescentar os micênicos) — era, num sentido muito profundo, um mundo sem homens livres, conforme o Ocidente veio a compreender esse conceito. Era também um mundo no qual a escravidão na forma de propriedade pessoal não desempenhava nenhum papel consequente. Isso, também, foi uma descoberta grega. Característica da história grega, em resumo, é o avanço, lado a lado, da liberdade e da escravidão.

DF 48  
F513 ec  
2. ed.

Nº 575 N0 2804463

ÍNDICE

*Title original: ECONOMY AND SOCIETY IN ANCIENT GREECE*  
*Copyright © The Masters and Fellows of Darwin College*  
*in the University of Cambridge, 1987.*  
*Professor Aristóteles Oropéides de Brenti D.*  
*Shaw and Richard P. Saller, 1991.*  
*Copyright © 1988, Editora Martins Fontes Editora Ltda.*  
*São Paulo, 1990 e presente edição*

1ª edição 1987  
 2ª edição 2013

Tradução  
 MARCELO PINTO MICHAEL

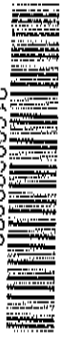
Revisão de tradução  
 Cláudio César Coimbra de Souza

Preparação do original  
 Mariana S. Loui

Revisões gráficas  
 Tábata Sotolongo

Elas Aman, Capa  
 Produção gráfica  
 Gráfica Atlas  
 Paginação

Série 1: Elementos do Espaço



21600329626

DEDALUS - Acervo - MAE

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Associação Brasileira de Livros, SP, Brasil  
 Finley, Moses L., 1913.  
 Economia e sociedade na Grécia antiga / Moses L. Finley; tradução Augusto Pinheiro Machado. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

Título original: *Economy and society in ancient Greece*  
 Psicologia.  
 ISBN 978-85-7527-683-5

1. Grécia - Condições econômicas - Até 146 A.C. I. Grécia - Condições sociais - Até 146 A.C. II. Grécia - História - Até 146 A.C. I. Thales. II. Sotolongo.

13-29317 CDD-590.938 438

Índices para catálogo sistemático:  
 1. Grécia antiga: Economia 590.938  
 2. Grécia antiga: Condições sociais 938  
 3. Grécia antiga: História 938

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora WMF Martins Fontes Ltda.  
 Rua Prof. Lucretio Ramos de Carvalho, 133 01325-030 São Paulo SP Brasil  
 Tel. (11) 2593-8150 Fax (11) 3107-1042  
 e-mail: info@wmf.com.br http://www.wmf.com.br

Prefácio ..... VII  
 Introdução à edição inglesa ..... XI

Primeira Parte  
 A CIDADE ANTIGA

1. A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além ..... 3  
 2. Esparta e a sociedade espartana ..... 26  
 3. O Império ateniense: um balanço ..... 45  
 4. Terra, débito e o homem de posses na Atenas clássica ..... 69  
 5. A liberdade do cidadão no mundo grego ..... 86

Segunda Parte  
 SERVIDÃO, ESCRAVIDÃO E ECONOMIA

6. A civilização grega era baseada no trabalho escravo? ..... 109  
 7. Entre a escravidão e a liberdade ..... 130  
 8. As classes sociais servis da Grécia antiga ..... 150  
 9. A servidão por dívida e o problema da escravidão ..... 170  
 10. O comércio de escravos na Antiguidade: o mar Negro e as regiões do Danúbio ..... 189  
 11. Inovação técnica e progresso econômico no mundo antigo ..... 199

Terceira Parte  
 MICENAS E HOMERO

12. Os arquivos do palácio micênico e a história econômica ..... 225  
 13. Homero e Micenas: propriedade e posse ..... 241  
 14. Casamento, venda e presente no mundo homérico ..... 264

Notas ..... 279  
 Referências bibliográficas ..... 341  
 Bibliografia de M. I. Finley ..... 359